


O MÉDICO-VETERINÁRIO COMO AGENTE JURÍDICO-SANITÁRIO NO CONTROLE DE ZONOSSES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO MARCO DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

THE VETERINARIAN AS A LEGAL-SANITARY AGENT IN THE CONTROL OF ZONOSSES: CHALLENGES AND PERSPECTIVES WITHIN THE FRAMEWORK OF BRAZILIAN PUBLIC HEALTH

EL MÉDICO VETERINARIO COMO AGENTE JURÍDICO-SANITARIO EN EL CONTROL DE ZONOSIS: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN EL MARCO DE LA SALUD PÚBLICA BRASILEÑA

 <https://doi.org/10.56238/arev8n4-055>

Data de submissão: 27/03/2026

Data de publicação: 27/04/2026

Giovano Eloi de Melo

Mestrando em Direito da Saúde

Instituição: Universidade Santa Cecília (Unisantia)

E-mail: giovanoeloi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6038-1410>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4842698994817474>

RESUMO

O presente artigo analisa o papel do médico-veterinário como agente jurídico-sanitário no enfrentamento das zoonoses no Brasil, à luz das normas de saúde pública e das diretrizes da abordagem *One Health*. Parte-se da premissa de que a atuação deste profissional ultrapassa os limites técnicos da clínica e da vigilância animal, tendo repercussões diretas na prevenção de doenças que afetam também os seres humanos, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades e precariedade dos serviços públicos. O trabalho adota uma metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica, centrada na legislação sanitária e ambiental brasileira, além de diretrizes internacionais. São analisados os desafios estruturais, institucionais e normativos que dificultam a integração efetiva do médico-veterinário no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como as lacunas na implementação de políticas públicas que contemplem a vigilância de zoonoses de forma transversal e intersetorial. A discussão evidencia que a atuação veterinária na saúde pública ainda é subvalorizada, embora essencial para a governança sanitária e o enfrentamento de emergências epidemiológicas. Defende-se que o fortalecimento da presença do médico-veterinário nas políticas públicas requer o reconhecimento de sua função como agente jurídico-sanitário, o aprimoramento da legislação e a efetivação do princípio da prevenção em matéria de saúde ambiental. Conclui-se que a valorização desse profissional é estratégica para a concretização do direito à saúde em sua dimensão integral, em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da governança ambiental e sanitária global.

Palavras-chave: Governança Sanitária. Médico-Veterinário. One Health. Saúde Pública. Zoonoses.

ABSTRACT

This article analyzes the role of veterinarians as legal-sanitary agents in the control of zoonoses in Brazil, in light of public health regulations and the One Health approach. The premise is that the veterinarian's performance goes beyond the technical boundaries of clinical practice and animal

surveillance, having direct repercussions on the prevention of diseases that also affect humans, especially in urban contexts marked by inequality and deficiencies in public services. This is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, focusing on Brazilian sanitary and environmental legislation, as well as international guidelines. The structural, institutional, and normative challenges that hinder the effective integration of veterinarians into the Brazilian Unified Health System (SUS) are examined, along with the gaps in public policy implementation regarding transversal and intersectoral zoonosis surveillance. The discussion reveals that the role of veterinarians in public health remains undervalued, despite being essential for health governance and for responding to epidemiological emergencies, as seen during the COVID-19 pandemic. The paper argues that strengthening the presence of veterinarians in public policy requires recognizing their function as legal-sanitary agents, improving legislation, and effectively applying the principle of prevention in environmental health. It concludes that valuing this professional is strategic to realizing the right to health in its integral dimension, in line with international commitments undertaken by Brazil within the framework of global environmental and health governance.

Keywords: Sanitary Governance. Veterinarian. One Health. Zoonoses.

RESUMEN

El presente artículo analiza el papel del médico veterinario como agente jurídico-sanitario en el enfrentamiento de las zoonosis en Brasil, a la luz de las normas de salud pública y de los lineamientos del enfoque One Health. Se parte de la premisa de que la actuación de este profesional trasciende los límites técnicos de la práctica clínica y de la vigilancia animal, teniendo repercusiones directas en la prevención de enfermedades que también afectan a los seres humanos, especialmente en contextos urbanos marcados por desigualdades y la precariedad de los servicios públicos. El trabajo adopta una metodología cualitativa, con revisión bibliográfica y documental, centrada en la legislación sanitaria y ambiental brasileña, además de directrices internacionales. Se analizan los desafíos estructurales, institucionales y normativos que dificultan la integración efectiva del médico veterinario en el Sistema Único de Salud (SUS), así como las lagunas en la implementación de políticas públicas que contemplen la vigilancia de zoonosis de forma transversal e intersectorial. La discusión evidencia que la actuación veterinaria en la salud pública aún está subvalorada, aunque es esencial para la gobernanza sanitaria y el enfrentamiento de emergencias epidemiológicas. Se sostiene que el fortalecimiento de la presencia del médico veterinario en las políticas públicas requiere el reconocimiento de su función como agente jurídico-sanitario, el perfeccionamiento de la legislación y la efectiva aplicación del principio de prevención en materia de salud ambiental. Se concluye que la valorización de este profesional es estratégica para la realización del derecho a la salud en su dimensión integral, en consonancia con los compromisos internacionales asumidos por Brasil en el ámbito de la gobernanza ambiental y sanitaria global.

Palabras clave: Gobernanza Sanitaria. Médico Veterinario. One Health. Salud Pública. Zoonosis.

1 INTRODUÇÃO

O papel do médico-veterinário como agente jurídico-sanitário é crucial no controle de zoonoses, especialmente no contexto da saúde pública brasileira. Este artigo introduz a relevância dessa profissão, destacando a necessidade de um enfoque integrado entre saúde animal e saúde humana, conforme propõe a abordagem *One Health*. As zoonoses — infecções que podem ser transmitidas entre animais e humanos — representam uma preocupação crescente, com evidências que sugerem que “as zoonoses representam 75% das doenças infecciosas emergentes em todo o mundo. Cerca de 60% dos patógenos humanos são de origem zoonótica” (Costa, 2011, p. 2, apud, Ministério da Saúde, 2010). Diante desse panorama, torna-se essencial a atuação do médico-veterinário na vigilância, prevenção e controle dessas doenças.

Este artigo tem como objetivo central analisar a atuação do médico-veterinário no controle de zoonoses como agente jurídico-sanitário, destacando os desafios normativos, institucionais e éticos enfrentados no âmbito da saúde pública brasileira. Especificamente, busca-se compreender como a legislação sanitária vigente se aplica à prática veterinária e como essa atuação pode ser fortalecida para responder de forma eficaz às emergências epidemiológicas e sanitárias contemporâneas.

A delimitação do objeto recai sobre a atuação do médico-veterinário na interseção entre o direito sanitário, o direito ambiental e as políticas públicas de saúde, com foco na estrutura normativa brasileira e na atuação profissional no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto à metodologia, adota-se abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, analisando legislações, normas infralegais, artigos científicos e diretrizes internacionais voltadas ao controle de zoonoses e à saúde pública ambiental. A análise dos dados se dará de forma crítica, com enfoque interdisciplinar entre Direito, Saúde Coletiva e Medicina Veterinária.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo reside na constatação de que, apesar dos avanços na formulação de políticas públicas de saúde, a dimensão veterinária da saúde coletiva ainda é frequentemente negligenciada, tanto do ponto de vista institucional quanto legislativo. A análise de surtos recentes evidencia essa lacuna, revelando como a ausência de integração entre os diferentes entes federativos e a insuficiência de políticas voltadas à vigilância ambiental contribuem para a disseminação de doenças zoonóticas.

A atuação do médico-veterinário no controle de zoonoses envolve não apenas a prática clínica, mas também a implementação, regulação e fiscalização de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal e à saúde coletiva. Nesse sentido, a legislação brasileira, incluindo os dispositivos que regulamentam a prática veterinária no âmbito do SUS, será objeto de análise detalhada, visando à compreensão de como essas normas influenciam a efetividade da atuação profissional.

Adicionalmente, o trabalho discute a saúde pública como um direito fundamental previsto na Constituição Federal e a intersetorialidade como princípio essencial à proteção da saúde, destacando as responsabilidades legais do Estado e dos profissionais de saúde diante da vigilância e do controle de zoonoses. A partir dessa análise, são examinados os desafios éticos, jurídicos e institucionais que permeiam a prática veterinária e sua interface com o Direito Ambiental.

Por fim, o estudo apresenta reflexões e propostas voltadas à valorização da medicina veterinária como elemento estratégico para a melhoria das políticas públicas de saúde, destacando a urgência de sua integração efetiva na governança sanitária e ambiental. Nesse contexto, pretende-se contribuir para o fortalecimento da abordagem *One Health* no Brasil e para o aprimoramento da atuação jurídica e institucional no enfrentamento de riscos sanitários complexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS DA SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA NO BRASIL

A saúde pública veterinária no Brasil está intrinsecamente ligada aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao artigo 196, que define a saúde como um direito fundamental. Essa perspectiva amplia a compreensão da saúde não apenas como a ausência de doenças, mas como um estado de bem-estar que envolve tanto a saúde humana quanto a saúde animal. Nesse sentido, a relação entre saúde pública e saúde veterinária é de vital importância, uma vez que muitas enfermidades que afetam os seres humanos têm origem em zoonoses. Essa interconexão ressalta a necessidade de uma abordagem integrada na saúde pública, onde o médico-veterinário desempenha um papel crucial.

Segundo Ortega-Pacheco et al. (2015), os programas voltados à vigilância de parasitas e outras zoonoses em comunidades vulneráveis demonstram a relevância do papel do médico-veterinário, não apenas no diagnóstico, mas principalmente na prevenção e educação em saúde. A atuação desses profissionais em campanhas de desverminação, por exemplo, tem se mostrado fundamental na contenção de surtos e na promoção de práticas sanitárias adequadas. Essa abordagem educativa, que visa conscientizar a população sobre riscos e medidas preventivas, fortalece a saúde coletiva e demonstra como a atuação veterinária extrapola o cuidado direto com os animais.

O conceito de Saúde Única (*One Health*) é cada vez mais adotado como estratégia eficaz para abordar os problemas de saúde pública, ao integrar as áreas de saúde humana, animal e ambiental. Essa interdependência exige cooperação entre diferentes profissionais, incluindo médicos, veterinários, biólogos e sanitaristas, reforçando a importância da atuação interdisciplinar. A efetiva vigilância epidemiológica só é possível quando há articulação entre setores e aplicação de protocolos

que contemplem a complexidade das zoonoses, especialmente nas áreas urbanas e periurbanas.

Entretanto, os médicos-veterinários enfrentam vários desafios na implementação das políticas públicas relacionadas à saúde veterinária e ao controle de zoonoses. Um dos principais entraves é a falta de recursos e estrutura adequada para controle de zoonoses, onde as equipes frequentemente são sobrecarregadas e carece de investimentos. Ademais, a conscientização da população e a colaboração intersetorial muitas vezes são insuficientes, o que compromete a eficácia das ações de saúde pública. Esse cenário evidencia a necessidade de um fortalecimento das políticas de saúde, para garantir que os médicos-veterinários tenham as condições necessárias para atuar de maneira eficaz.

De acordo com Costa (2011), os marcos legais como a Lei nº 8.080/1990 conferem respaldo normativo à inclusão dos médicos-veterinários no SUS, ao reconhecer sua função nas ações de promoção da saúde, vigilância sanitária e controle de zoonoses. Essa participação, quando realizada em comitês intersetoriais e planos de ação coletiva, promove uma compreensão mais ampla da saúde pública, que considera também os fatores ambientais e sociais que contribuem para o surgimento de doenças.

Por fim, a participação ativa dos médicos-veterinários nos comitês intersetoriais é fundamental para a efetividade das ações de saúde pública (Saito et al., 2024). Sua contribuição para a formulação de políticas e para a implementação de programas deixa claro que a saúde pública não pode ser vista isoladamente, mas como um esforço conjunto que engloba diversas disciplinas e áreas de conhecimento. Essa colaboração é essencial para enfrentar os desafios sanitários contemporâneos, mantendo a saúde da população e promovendo um ambiente saudável tanto para os seres humanos quanto para os animais.

2.2 CONTROLE DE RISCOS BIOLÓGICOS E ZOONOSES

O controle de riscos biológicos e zoonoses representa um elemento crítico na saúde pública moderna, especialmente no contexto brasileiro. As zoonoses, que são doenças transmissíveis entre animais e humanos, têm se mostrado uma preocupação crescente em diversos âmbitos, desde a saúde coletiva até a segurança alimentar. As consequências desses riscos envolvem não apenas a saúde humana, mas também a saúde animal e o meio ambiente, exigindo uma abordagem integrada e colaborativa. No Brasil, onde a diversidade biológica é vasta, as zoonoses têm um impacto significativo na saúde pública, sendo responsáveis por uma parte substancial dos novos surtos de doenças infecciosas. Em muitas situações, a interação entre humanos, animais e seus ambientes favorece a emergência de zoonoses, colocando em evidência a importância de um controle eficaz.

De acordo com Saito et al. (2024), doenças como raiva, leptospirose e toxoplasmose figuram

entre os principais riscos biológicos relacionados às zoonoses no Brasil. A atuação do médico-veterinário vai muito além do atendimento clínico, sendo central na prevenção e no controle dessas doenças, por meio de ações que abrangem desde a vigilância até a elaboração de políticas públicas de saúde. Assim, o envolvimento desses profissionais na gestão sanitária é essencial para reduzir a incidência dessas enfermidades e garantir maior segurança à população.

A legislação vigente estabelece que o controle das zoonoses integra o escopo da vigilância em saúde, e reconhece os médicos-veterinários como agentes fundamentais nessa estrutura. Como salientado por Langoni et al. (2015), o envolvimento desses profissionais em campanhas de imunização e no controle de vetores é indispensável para a eficácia das políticas de saúde coletiva. Essas ações demandam esforços coordenados entre diferentes setores, destacando a necessidade de articulação intersetorial contínua e estruturada, especialmente frente à crescente ameaça da resistência antimicrobiana e à ocorrência de surtos emergentes.

A vigilância epidemiológica é uma das estratégias fundamentais que podem ser implementadas para melhorar a detecção e resposta a surtos zoonóticos. A coleta e análise de dados sobre a incidência de zoonoses em humanos e animais, assim como a monitorização de possíveis focos de infecção, são vitais para identificar e reduzir riscos potenciais. Contudo, essa vigilância enfrenta desafios significativos. Dentre eles, destaca-se a falta de recursos financeiros e humanos adequados, que muitas vezes leva a um monitoramento inadequado e a respostas demoradas a surtos emergentes.

Segundo Dezorzi (2019), os médicos-veterinários enfrentam obstáculos operacionais ao tentar aplicar políticas públicas de saúde voltadas às zoonoses, especialmente quando há indefinições sobre suas atribuições nos sistemas de vigilância. A ausência de diretrizes claras pode comprometer a eficácia das ações de resposta rápidas. Nesses casos, a atuação conjunta com outros setores da saúde é essencial, sendo a intersetorialidade uma ferramenta imprescindível para a gestão de riscos e o sucesso das intervenções em saúde pública.

No que diz respeito à bioética, os médicos-veterinários são desafiados a avaliar as implicações éticas de suas ações em relação ao manejo de riscos biológicos. A promoção do respeito à vida animal, a ética no tratamento e a consideração pela saúde pública orientam a prática veterinária em consonância com os direitos dos animais e o bem-estar coletivo. Isso se torna especialmente relevante quando se fala de medidas que podem exigir a eutanásia de animais para prevenir a disseminação de zoonoses. O manejo ético e responsável, além de refletir a postura profissional do veterinário, é fundamental para garantir que as políticas de saúde sejam não apenas eficazes, mas também aceitas pela sociedade.

Como defendem Costa (2011) e Fonseca (2010), as ações de educação em saúde são essenciais para conscientizar a população quanto aos riscos associados às zoonoses. Campanhas informativas, programas educativos e estratégias de comunicação voltadas à prevenção se mostram eficazes na redução da incidência dessas doenças. A disseminação de conhecimento sobre práticas de higiene, vacinação animal e cuidados no convívio com animais domésticos fortalece a participação da sociedade nas ações preventivas e amplia o alcance das políticas de saúde.

Por fim, a intersetorialidade também se destaca como uma ferramenta para fortalecer o controle de zoonoses e a redução de riscos biológicos. Iniciativas que reúnem profissionais de diversas áreas, como saúde ambiental, saúde pública e veterinária, buscam promover um entendimento integrado sobre as zoonoses e suas implicações. Nesse sentido, a aplicação do conceito de saúde única (*One Health*), que enfatiza a interdependência entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental, aparece como uma abordagem inovadora e necessária para o enfrentamento dos desafios atuais.

É imperativo que a medicina veterinária se adapte e desenvolva novas maneiras de enfrentar esses desafios emergentes. A contribuição contínua dos médicos-veterinários na elaboração de políticas públicas específicas e na valorização da legislação é essencial para garantir um sistema de saúde que aborde adequadamente as zoonoses. Propostas que buscam integrar práticas veterinárias nas estratégias de saúde pública não apenas reforçam a importância dessa profissão, mas também podem contribuir para um futuro mais seguro, onde os riscos biológicos são controlados de maneira efetiva, protegendo tanto a saúde da população quanto a saúde animal.

2.3 DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DAS ZOONOSES

O enfrentamento das zoonoses no Brasil enfrenta uma série de desafios que comprometem a eficácia das políticas públicas e a vigilância sanitária. Dentre os principais obstáculos, destaca-se a fragilidade normativa, que limita a atuação dos médicos-veterinários no controle dessas doenças. A legislação atual, embora tenha avançado em alguns aspectos, ainda carece de regulamentações específicas que definam claramente as atribuições dos veterinários dentro do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SNVS). Essa falta de diretrizes pode levar a uma atuação fragmentada, onde cada profissional opera sem uma coordenação eficaz, o que resulta em lacunas no controle das zoonoses.

Muitas vezes, os setores responsáveis pelos controles de zoonoses operam com equipes reduzidas e sobrecarregadas, impossibilitando a execução de ações preventivas e de resposta adequadas. Isso é particularmente preocupante quando consideramos que, conforme Dezorzi (2019),

mais de 60% dos patógenos conhecidos são zoonóticos, e a maioria das doenças infecciosas emergentes possui origem animal. A falta de investimentos na estrutura física e na qualificação das equipes interfere diretamente na capacidade de resposta frente aos surtos, agravando os riscos à saúde pública.

A ausência de uma regulamentação específica sobre as atribuições veterinárias também afeta a colaboração intersetorial na saúde pública. Muitas vezes, as ações dos profissionais de saúde veterinária não são integradas às estratégias de saúde pública em um nível mais amplo, dificultando um combate eficaz às zoonoses. A intersetorialidade, portanto, deve ser promovida como uma abordagem que vai além do simples compartilhamento de informações entre setores. Para que a saúde pública funcione de forma mais integrada, é necessário que haja um reconhecimento claro do papel que os médicos-veterinários desempenham na prevenção e no controle das doenças zoonóticas.

Além disso, a conscientização da população sobre a prevenção de zoonoses é um aspecto que não pode ser negligenciado. Muitas pessoas não reconhecem o papel dos animais de estimação na propagação das doenças zoonóticas, o que impacta diretamente a eficácia das campanhas de saúde pública. Diante disso, é fundamental que estratégias educacionais sejam implementadas de forma a envolver a comunidade e aumentar a conscientização sobre a relação entre saúde humana e saúde animal. Essa educação deve incluir informações sobre como as zoonoses são transmitidas e a importância de práticas responsáveis de manejo de animais.

A bioética também desempenha um papel crucial nas decisões dos médicos-veterinários em situações de controle de zoonoses. Os dilemas éticos que surgem ao se considerar a saúde pública em relação ao bem-estar animal requerem uma ponderação cuidadosa. A promoção do bem-estar animal resulta de uma guarda responsável e consciente. "A promoção do bem-estar animal resulta de uma guarda responsável consciente. Através dela é possível gerar uma convivência sadia, evitando maus-tratos, abandono e sofrimentos para os animais" (Jorge et al., 2018, p. 3). A interação entre saúde pública e saúde veterinária exige, portanto, decisões que respeitem a vida e os direitos dos animais, ao mesmo tempo em que se busca proteger a saúde da população.

Como destacam Silva (2022) e Saito et al. (2024), a resistência microbiana relacionada ao uso indiscriminado de antimicrobianos em animais de produção tem se tornado um dos principais entraves ao controle das zoonoses. Essa prática compromete a eficácia terapêutica tanto na medicina veterinária quanto na humana, ampliando os riscos de transmissão cruzada entre espécies. A integração das práticas veterinárias com diretrizes nacionais e internacionais de uso racional de medicamentos é indispensável para mitigar esse fenômeno e assegurar maior segurança sanitária.

Por fim, a valorização do médico-veterinário como agente sanitário é fundamental para

enfrentar os desafios relacionados ao controle de zoonoses. Os veterinários devem ser reconhecidos como parte integrante da saúde pública, recebendo o apoio necessário para realizar suas funções de forma eficaz. A promoção de políticas que assegurem recursos adequados, formação e valorização desses profissionais é imprescindível para garantir que o controle das zoonoses seja realizado de maneira eficiente e coordenada.

O combate às zoonoses no Brasil é uma tarefa complexa que depende da superação de múltiplos desafios normativos, financeiros e socioculturais. O fortalecimento das interações entre os setores de saúde, a implementação de programas de conscientização e a valorização da profissão veterinária são passos essenciais para melhorar a eficácia das políticas públicas e promover uma saúde coletiva mais integrada e saudável.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO SOBRE ZOONOSES

O controle de zoonoses no Brasil é uma questão que demanda estratégias intersetoriais e uma legislação eficaz. É evidente que a falta de políticas públicas específicas resulta em práticas inadequadas de manejo animal, exacerbando a disseminação de zoonoses e comprometendo a saúde pública. Nesse contexto, as políticas públicas brasileiras devem evoluir na direção de um controle coordenado e sustentado das zoonoses, considerando as particularidades regionais e a diversidade biológica do país.

Segundo Silva (2022), a integração das ações de saúde animal e humana no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental para fortalecer o enfrentamento das zoonoses. Nesse modelo, os médicos-veterinários ocupam posição estratégica por atuarem na interface entre saúde pública e saúde animal. No entanto, a eficácia desse sistema depende da ampliação da intersetorialidade e da melhoria nos fluxos de comunicação e decisão entre os diferentes níveis de gestão. A adoção de práticas baseadas em evidências, bem como a cooperação efetiva entre instituições, é indispensável para consolidar políticas sanitárias mais abrangentes e resolutivas.

As principais políticas públicas brasileiras voltadas para o controle de zoonoses incluem o Sistema Único de Saúde (SUS), que integra ações de saúde animal e humana. Dentro desse sistema, a atuação dos médicos-veterinários é essencial, pois são estes profissionais que frequentemente fazem a interface entre a saúde pública e a saúde animal. Contudo, é necessário aprimorar a saúde pública e saúde veterinária para que o combate às zoonoses seja mais eficaz. As diretrizes são fundamentais para que essa colaboração ocorra, permitindo um fluxo de informações que favoreça a tomada de decisões baseadas em evidências. A interação entre saúde pública e saúde veterinária exige decisões que respeitem a vida e os direitos dos animais, ao mesmo tempo em que se busca proteger a saúde da

população (Silva, 2022).

A inexistência de normas específicas que regulamentem a participação dos médicos-veterinários no Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SNVS) compromete a eficácia das ações desenvolvidas. Essa ausência normativa repercute na desarticulação das políticas públicas e limita a consolidação de programas de guarda responsável e manejo ético da fauna urbana, o que reforça a urgência de se instituir uma legislação mais clara e abrangente nesse setor.

A legislação que rege a atuação dos médicos-veterinários e suas implicações no controle de zoonoses deve ser robusta e abrangente. No entanto, observa-se que as lacunas legais existentes dificultam uma ação mais eficaz no enfrentamento dessas doenças. A insuficiência de marcos regulatórios claros resulta em uma atuação fragmentada e em algumas situações, ineficaz. Este cenário evidencia a necessidade de um reexame das leis e regulamentos pertinentes, de forma a garantir que as atribuições dos médicos-veterinários sejam bem definidas dentro do contexto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Um exemplo significativo é a necessidade de desenvolver uma política pública nacional mais específica sobre a posse responsável de animais de estimação, com diretrizes que permitam direcionar e complementar as atividades e ações que promovam a guarda responsável na população.

Conforme Fonseca (2010), a atuação dos médicos-veterinários deve estar alinhada à promoção da saúde por meio de processos educativos e de conscientização comunitária. A educação em saúde voltada à prevenção de zoonoses constitui uma estratégia eficaz para ampliar a percepção da população sobre os riscos, reduzir condutas inadequadas de manejo animal e fomentar uma cultura de prevenção. Nesse contexto, os veterinários assumem um papel de educadores e agentes sociais, promovendo o diálogo entre ciência, saúde e cidadania.

No que diz respeito à formação e capacitação profissional dos médicos-veterinários, é crucial que essas ações sejam incorporadas nas políticas públicas. A educação em saúde para a população, com foco na conscientização sobre zoonoses, pode ser uma medida eficaz para reduzir a incidência dessas doenças. Os médicos-veterinários, ao atuarem como educadores, têm a responsabilidade de informar a população sobre os riscos associados a zoonoses e as práticas corretas de manejo dos animais. Essa perspectiva educativa deve fomentar uma cultura de prevenção que reconheça a importância da saúde pública como um bem coletivo.

Além disso, conforme apontado por Costa (2011), a participação social qualificada é elemento essencial para o sucesso das ações em saúde pública. A formação de conselhos de saúde e a inclusão ativa da população nas decisões que envolvem o controle de zoonoses promovem maior engajamento comunitário e fortalecem o vínculo entre a população e os serviços de saúde, o que pode gerar maior

adesão às medidas preventivas e facilitar intervenções sanitárias em situações de risco.

A participação cidadã também deve ser um componente central nas iniciativas de saúde pública relacionadas às zoonoses. Estimular a população a colaborar nas ações de controle e prevenção pode aumentar a eficácia dos programas de saúde pública. Isso não apenas cria um ambiente mais engajado e consciente, mas também reforça a percepção da responsabilidade compartilhada entre profissionais de saúde e comunidade. A formação de conselhos de saúde que incluam a participação de cidadãos pode ser uma estratégia valiosa para promover essa interação.

2.5 DESAFIOS INSTITUCIONAIS SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA

A saúde pública veterinária no Brasil enfrenta uma série de desafios institucionais que comprometem a eficácia das ações de controle e prevenção de zoonoses. Esses desafios estão ligados a questões normativas, estruturais e socioeconômicas que influenciam a atuação dos médicos-veterinários no Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos principais obstáculos observado é a fragilidade da regulamentação existente, que por muitas vezes não fornece diretrizes claras sobre as atribuições dos profissionais. Essa falta de um marco legal resulta em uma atuação fragmentada, dificultando a coordenação e a execução de políticas públicas efetivas.

De acordo com Costa (2011), a Saúde Pública Veterinária deve ser compreendida como um conjunto de esforços articulados entre ciência, prática clínica e políticas sociais, voltados à prevenção de doenças, proteção da vida e promoção do bem-estar humano. Isso demonstra a amplitude e relevância da atuação veterinária no campo da saúde coletiva. No entanto, a carência de normatização específica limita o potencial da atuação intersetorial, dificultando a integração entre os diversos atores envolvidos na vigilância sanitária. A falta de regulamentação também prejudica a comunicação entre os setores da saúde humana e animal, afetando diretamente a eficácia das ações de prevenção e resposta.

A função do médico-veterinário no controle de zoonoses é complexa e exige um entendimento profundo das interações entre saúde animal e saúde humana. “A Saúde Pública Veterinária compreende todos os esforços da comunidade que influenciam e são influenciados pela arte e ciência médica veterinária, aplicados à prevenção da doença, proteção da vida e promoção do bem-estar e eficiência do ser humano” (Puetzenreiter et al., 2004, apud, World Health Organization, 1951). Assim, a integração de áreas é fundamental para potencializar o impacto das ações veterinárias na saúde pública. Entretanto, essa colaboração nem sempre é simples de implementar. A ausência de regulamentação específica sobre as atribuições dos médicos-veterinários prejudica a sinergia entre os diversos setores envolvidos na saúde pública, resultando em lacunas que podem ser exploradas por

zoonoses e outras doenças infecciosas.

Estabelece-se, portanto, uma relação direta entre a fragilidade normativa e a eficiência das ações de vigilância sanitária. Os médicos-veterinários, atuando em Centros de Controle de Zoonoses, frequentemente lidam com a escassez de recursos e infraestrutura, que se somam à falta de clareza em relação às suas funções (Vasconcelos, 2003). Essa situação não apenas limita sua capacidade de resposta a emergências sanitárias, mas também prejudica a implementação de programas educativos essenciais para a conscientização da população. O fortalecimento da vigilância epidemiológica, por outro lado, depende de um investimento consistente em formação e capacitação desses profissionais, que devem estar prontos para agir diante do surgimento de novas zoonoses.

A conscientização pública sobre a saúde veterinária ainda é um desafio a ser enfrentado. É crucial que a população entenda sua responsabilidade na prevenção de zoonoses, principalmente em relação ao manejo de animais de estimação. Campanhas de educação em saúde eficazes podem aumentar a conscientização e engajamento social, resultando em práticas mais responsáveis e diminuindo o risco de surtos. Para que essa conscientização seja efetiva, é necessário que médicos-veterinários se tornem agentes ativos na promoção do bem-estar dos animais e na instrução da comunidade sobre a inter-relação entre a saúde animal e humana.

Como pontuado por Dezorzi (2019) e Jorge (2018), a ausência de campanhas sistemáticas de educação em saúde voltadas ao papel da medicina veterinária contribui para a subvalorização da profissão. Ainda que os veterinários desempenhem funções técnicas relevantes, sua participação na construção de uma consciência coletiva sobre o risco das zoonoses permanece subutilizada. Iniciativas intersetoriais de comunicação e orientação podem ser decisivas para elevar o grau de engajamento da sociedade e fortalecer a prevenção.

A valorização da medicina veterinária no contexto da saúde pública é também uma questão que deve ser abordada como parte da solução para os desafios enfrentados. As políticas de saúde precisam reconhecer a relevância e a importância dos veterinários como parte integrante das ações de saúde coletiva. Neste sentido, garantias de que os médicos-veterinários recebam suporte adequado e recursos financeiros são essenciais para que possam atuar de maneira eficaz nos diferentes níveis de serviços de saúde.

Por fim, a recriação da legislação e normativas que guiam a prática da medicina veterinária no Brasil deve ser uma prioridade. O aprimoramento do marco regulatório não só deve orientar a atuação dos profissionais, mas também estimular a relação entre saúde pública e saúde veterinária, promovendo um ambiente mais colaborativo e integrativo da saúde coletiva. A eficácia da saúde pública veterinária depende, portanto, de uma forte regulamentação, de investimentos contínuos em

capacitação e da promoção de uma consciência social que valorize a interdependência entre as diversas áreas da saúde. Somente assim será possível enfrentar os múltiplos desafios que emergem na atualidade e garantir uma abordagem eficaz ao controle das zoonoses.

2.6 O FUTURO DA MEDICINA VETERINÁRIA NA SAÚDE PÚBLICA

Entre as principais tendências que moldarão o futuro da medicina veterinária está a necessidade de aprimoramento do trabalho integrado. Para enfrentar eficazmente os desafios das zoonoses, é vital que médicos-veterinários trabalhem em colaboração com os profissionais de saúde humana, autoridades ambientais e políticas públicas. Essa interconexão pode ser fortalecida por meio da formação de equipes interdisciplinares que promovam um entendimento integrado dos fatores que afetam tanto a saúde dos humanos quanto a dos animais. O One Health, que integra saúde humana, saúde animal e saúde ambiental, deve ser promovido com mais vigor, visando à criação de um ambiente colaborativo que permita a troca de informações e recursos.

Autores como Langoni et al. (2015) e Dezorzi (2019) destacam que a superação de barreiras institucionais depende da implementação de práticas interdisciplinares estruturadas, capazes de integrar esforços entre os setores da saúde, meio ambiente e agricultura. Para isso, é essencial o envolvimento ativo dos médicos-veterinários desde o planejamento das ações até a execução das políticas públicas. A proposta de institucionalização da abordagem "One Health" exige articulação política e normatização clara que reconheça e valorize a atuação desses profissionais como parte integrante do sistema de saúde.

Ademais, a valorização da medicina veterinária nas políticas públicas é imperativa. Para garantir que os médicos-veterinários sejam eficazes em sua atuação na saúde coletiva, é necessário que haja um reforço em sua formação e capacitação, focando nos desafios das zoonoses. A formação contínua deve ser moldada para atender às demandas emergentes relacionadas a novas doenças, técnicas de controle e prevenção. Como afirmado, "os médicos-veterinários desempenham um papel vital na prevenção de surtos ao monitorar doenças em animais que podem ser transmitidas aos humanos" (Saito et al., 2024, p. 15-16). Esse papel o torna essencial nas ações de vigilância e na promoção da saúde pública.

O futuro da medicina veterinária, no entanto, também é marcado por dilemas éticos que se agravam diante da necessidade de controle rigoroso de doenças como, por exemplo, situações que envolvem o sacrifício de animais infectados exigem que os profissionais estejam preparados para tomar decisões sensíveis e equilibradas, respeitando os princípios da bioética. Assim, a construção de espaços de diálogo contínuo entre profissionais, instituições e sociedade civil é fundamental para

garantir legitimidade e transparência nas práticas adotadas.

A capacidade de comunicação dos médicos-veterinários também deve ser uma prioridade. Estratégias eficazes de comunicação são fundamentais para aumentar a conscientização da população sobre a importância da saúde veterinária na saúde pública. Campanhas de sensibilização que expliquem a relação entre cuidados com animais e prevenção de zoonoses podem mobilizar a comunidade para agir proativamente, reduzindo a prevalência de doenças e promovendo um ambiente mais seguro para todos.

Uma das principais lacunas da atuação veterinária na saúde pública está na dificuldade de difundir informações acessíveis e relevantes à população. O fortalecimento de campanhas educativas e o uso de ferramentas digitais para engajamento comunitário são recursos que podem ampliar a participação social na vigilância de zoonoses e aproximar os serviços veterinários da realidade das comunidades.

Quanto à estrutura normativa e às barreiras que impedem a implementação de uma abordagem eficaz de "One Health" no Brasil, é crucial que sejam revistas. A falta de regulamentações claras e diretrizes sobre as atribuições dos médicos-veterinários pode resultar em uma atuação fragmentada e ineficaz. Fortalecer o arcabouço legislativo que sustenta a atuação veterinária no Sistema Único de Saúde (SUS) é um passo fundamental para garantir que esses profissionais recebam o apoio necessário para desempenhar seu papel na saúde pública.

Além disso, as iniciativas de saúde pública devem incorporar a visão integrada do "One Health" para abordagens mais eficazes na prevenção e controle de zoonoses. A formação de redes interinstitucionais que unam diversos setores da saúde pode proporcionar uma maior eficiência nas ações de vigilância e resposta a surtos, maximizando os recursos disponíveis e potencializando o impacto das intervenções de saúde.

Segundo Costa (2011), modelos internacionais que adotaram a abordagem integrada entre saúde humana, animal e ambiental demonstram avanços significativos na contenção de surtos. Países que estruturaram redes colaborativas entre médicos, veterinários e sanitaristas conseguiram responder com maior rapidez e eficiência às crises sanitárias. A análise desses modelos pode servir de base para que o Brasil formule estratégias adaptadas à sua realidade, respeitando suas especificidades geográficas, sociais e ambientais.

No que diz respeito aos modelos de atuação internacional que podem ser adaptados ao contexto brasileiro, os sistemas de saúde que já implementaram exitosamente a abordagem "One Health" devem ser estudados e analisados. A troca de experiências entre países pode enriquecer o conhecimento sobre melhores práticas e políticas, permitindo ao Brasil adaptar e adotar estratégias

que já se mostraram eficazes em outras realidades.

Por fim, o fortalecimento da medicina veterinária na saúde pública é uma responsabilidade compartilhada. A construção de um futuro onde a saúde animal e humana estejam integradas depende da colaboração entre os diferentes setores da sociedade, dos profissionais de saúde, do governo e da população. Essa interdependência deve ser constantemente reforçada por meio de políticas públicas que reconheçam a relevância da medicina veterinária e promovam sua atuação efetiva na proteção da saúde coletiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do referencial bibliográfico e normativo evidencia que o fortalecimento da atuação do médico-veterinário na saúde pública brasileira está diretamente condicionado à adoção de estratégias integradas entre saúde animal, humana e ambiental. Os dados analisados demonstram que a ausência de articulação efetiva entre setores compromete a implementação de políticas públicas mais abrangentes, reforçando a necessidade de atuação intersetorial como elemento estruturante da governança sanitária. Nesse contexto, a inserção do médico-veterinário em comitês interdisciplinares e espaços decisórios revela-se fundamental para a construção de políticas integradas e mais eficazes.

Observa-se, ainda, que a qualificação profissional contínua constitui um dos pilares para a efetividade das ações em saúde pública. Conforme Langoni et al. (2015), a formação especializada e permanente dos médicos-veterinários é indispensável para o enfrentamento dos desafios contemporâneos relacionados às zoonoses. Os achados indicam que a capacitação técnica, aliada ao desenvolvimento de competências em comunicação e educação em saúde, amplia significativamente a capacidade de atuação desses profissionais, permitindo não apenas a resposta a emergências sanitárias, mas também a promoção de práticas preventivas junto à população.

No que se refere à integração entre saúde animal e humana, os resultados evidenciam que a intersetorialidade ainda enfrenta entraves operacionais e institucionais. A literatura analisada aponta que a ausência de estratégias coordenadas dificulta a implementação de ações de vigilância e resposta a surtos. Nesse sentido, a adoção de programas educativos voltados à relação entre saúde e meio ambiente mostra-se uma ferramenta relevante para mitigar riscos zoonóticos, promovendo maior conscientização social e fortalecimento das ações preventivas.

Do ponto de vista normativo, verifica-se que a fragilidade do arcabouço jurídico constitui um dos principais obstáculos à consolidação da atuação veterinária na saúde pública. Conforme destacado por Costa (2011), a inexistência de regulamentações claras limita a institucionalização de práticas intersetoriais e dificulta a definição de competências no âmbito das políticas públicas. Os dados

indicam, portanto, a necessidade de revisão legislativa que assegure maior clareza quanto às atribuições dos médicos-veterinários, especialmente no contexto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, possibilitando uma atuação mais coordenada e eficiente.

Adicionalmente, os avanços tecnológicos despontam como elementos estratégicos para o aprimoramento da vigilância sanitária. Conforme apontado por Fonseca (2010), a incorporação de ferramentas como inteligência artificial, bancos de dados integrados e sistemas de monitoramento contribui para a detecção precoce de surtos e para a tomada de decisões mais ágeis. A análise evidencia que a integração dessas tecnologias às práticas veterinárias pode ampliar significativamente a eficácia das ações de controle de zoonoses.

No campo ético, os resultados demonstram que a atuação dos médicos-veterinários em situações de emergência sanitária envolve dilemas complexos, especialmente no que se refere ao manejo de animais infectados. A literatura aponta que decisões como a eutanásia devem ser orientadas por princípios bioéticos rigorosos, equilibrando a proteção da saúde pública e o respeito ao bem-estar animal. Tal dimensão reforça a necessidade de formação ética sólida como componente essencial da prática profissional.

No âmbito estrutural, observa-se que a limitação de recursos humanos e financeiros constitui um entrave significativo para a efetividade das ações de controle de zoonoses. Conforme Jank (2020), a sobrecarga dos serviços de saúde e a insuficiência de infraestrutura comprometem a capacidade de resposta a surtos, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos em estrutura e pessoal qualificado. Esses fatores impactam diretamente a eficiência das políticas públicas e a proteção da saúde coletiva.

Por fim, os achados indicam que a participação social desempenha papel relevante na prevenção e controle das zoonoses. A conscientização da população, aliada a práticas de educação em saúde, contribui para a redução de riscos e para o fortalecimento das ações preventivas. A colaboração comunitária em campanhas de vacinação, controle de vetores e promoção da guarda responsável de animais demonstra-se essencial para a construção de um ambiente sanitário mais seguro e sustentável.

Diante desse cenário, verifica-se que o fortalecimento da atuação do médico-veterinário na saúde pública depende de uma abordagem multidimensional, que envolva integração intersetorial, aprimoramento normativo, investimento em capacitação e incorporação de tecnologias, além do engajamento ativo da sociedade nas estratégias de prevenção e controle de zoonoses.

4 CONCLUSÃO

Este capítulo revisita a importância da atuação do médico-veterinário no controle de zoonoses, enfatizando a necessidade de um fortalecimento jurídico e a valorização da profissão na saúde pública. A interconexão entre saúde humana, animal e ambiental, sintetizada na abordagem "One Health", surge como estratégia indispensável para o enfrentamento dos desafios sanitários contemporâneos que afetam a sociedade. As barreiras normativas que impactam essa atuação são significativas, uma vez que muitas legislações ainda não reconhecem plenamente o papel do médico-veterinário na saúde coletiva. É crucial que haja um marco regulatório que assegure não apenas a atuação desses profissionais, mas também o suporte necessário para que possam trabalhar efetivamente em prol da saúde pública.

A valorização do médico-veterinário pode influenciar radicalmente a eficácia das políticas públicas de saúde. Estes profissionais são pilares fundamentais na vigilância, prevenção e controle das zoonoses, que, segundo estudos, são responsáveis por uma proporção significativa das doenças infecciosas emergentes. Portanto, a formação contínua e o reconhecimento do papel dos veterinários são essenciais para a construção de um sistema de saúde mais robusto.

A implementação da abordagem "One Health" deve ser uma prioridade nas políticas de saúde no Brasil. Isso implica uma colaboração intersetorial mais forte que considere a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental, permitindo que os médicos-veterinários atuem em uma capacidade que transcenda a clínica veterinária. Essa abordagem integrada é necessária para enfrentar a complexidade dos desafios sanitários, como evidenciado pelo aumento das zoonoses que ainda são uma preocupação central para a saúde pública.

É imperativo que a capacitação técnica e ética dos médicos-veterinários seja aprimorada. A formação deve incluir não apenas aspectos técnicos, mas também a educação em saúde pública, considerando a influência das práticas éticas em suas decisões diárias. É necessário que as universidades e instituições de educação continuada desenvolvam currículos que preparem esses profissionais para enfrentar os desafios complexos da saúde pública moderna, reforçando seu papel crítico no controle de doenças transmissíveis.

O reconhecimento legal ampliado da atuação do médico-veterinário é um passo fundamental para o controle efetivo das zoonoses. As políticas públicas devem ser reformuladas para incorporar o conhecimento e a experiência desses profissionais, garantindo que suas contribuições sejam valorizadas e implementadas de forma prática. Portanto, um reexame das práticas e políticas atuais é essencial para uma melhoria geral nas respostas às crises de saúde.

Portanto, a luta contra as zoonoses e a promoção da saúde pública requerem um esforço conjunto entre médicos-veterinários, formuladores de políticas e a sociedade em geral. É crucial fomentar um ambiente onde a saúde coletiva não apenas seja reconhecida como um direito, mas onde todos os profissionais de saúde sejam aliados na construção de um futuro saudável e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e das outras providências. Diário Oficial da União. 1990; Seção 2.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 20 jul. 2025.

COSTA, Herika Xavier. A importância do médico veterinário no contexto de saúde pública. Universidade Federal de Goiás, Escola de Veterinária. 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/67/o/Seminario2011_Herika_Costa_1.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

DEZORZI, Bruna Arnizant. Controle de zoonoses transmitidas por cães e gatos: uma revisão de políticas públicas e legislação no Município de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.10.2019.tde-28112019-123614. Acesso em: 2026-04-01.

FONSECA, na Flávia Quintão. Saúde, ambiente e zoonoses: visão dos profissionais de uma regional de saúde em belo horizonte, 2010. 2010. 117f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária, 2010. Disponível em: <https://vet.ufmg.br/tese-e-dissertacao/saude-ambiente-e-zoonoses-visao-dos-profissionais-de-uma-regional-de-saude-em-belo-horizonte-2010/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

JANK, Marcos. Controle de zoonoses deve ser motivo de preocupação constante. Jornal da USP. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/control-de-zoonoses-deve-ser-motivo-de-preocupacao-constante/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

JORGE, Sheila Souza Barbosa; BARBOSA, Maria José Baptista; WOSIACKI, Sheila Rezler; FERRANTE, Marcos. Guarda responsável de animais: conceitos, ações e políticas públicas. Enciclopédia Biosfera. 2018. 15. 578-594. 10.18677/EnciBio_2018B51.

LANGONI, Helio; JOAQUIM, Samea Fernandes; BATISTA, Talita Gomes da Silva; SARTORI, Raissa Saran; CASTILHO JÚNIOR, Luiz Carlos de; ROLIM, Luna Scarpari; LATOSINSKI, Giulia Soares; BARROSA, Noelle de Castro; SANTOS, Joeleni Rosa dos. 8º Congresso de extensão universitária da UNESP, p. 1-4, 2015.

ORTEGA-PACHECO, Antonio; TORRES-ACOSTA, Juan FJ; ALZINA-LÓPEZ, Alejandro; GUTIÉRREZ-BLANCO, Eduardo; BOLIO-GONZÁLEZ, Manuel E.; AGUILAR-CABALLERO, Armando J.; RODRÍGUEZ-VIVAS, Roger I.; GUTIÉRREZ-RUIZ, Edwin; ACOSTA-VIANA, Karla Y.; GUZMÁN-MARÍN, Eugenia; ROSADO-AGUILAR, Alberto; JIMÉNEZ-COELLO, Matilde. Zoonoses parasitárias em humanos e seus cães de uma comunidade rural do México tropical. Journal of Tropical Medicine. 2015. 481086, 6 páginas. 2015. <https://doi.org/10.1155/2015/481086>.

PFUETZENREITER, Márcia Regina; ZYLBERSZTAJN, Arden; AVILA-PIRES, Fernando Dias. (2004). Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. *Ciência Rural*, 34(5), 1661–1668. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782004000500055>.

SAITO, R. D.; SANTOS, C. F. K. dos; CAMPOS, L. L. de; BRITO, S. A. de; GERARDI, B. A. A IMPORTÂNCIA DO MÉDICO VETERINÁRIO E DO CONTROLE DE ZOONOSES PARA A SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 4, n. 11, p. e6558, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N11-072. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6558>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SILVA, Bruce Daniel de Amarante da. A IMPORTÂNCIA DO DIREITO MÉDICO NA MEDICINA VETERINÁRIA. *Revista Agroveterinária do Sul de Minas - ISSN: 2674-9661*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 104–109, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/agrovetsulminas/article/view/737>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SILVA, Hugo Delleon; SILVA, Danilo Rezende. Zoonoses de interesse em Medicina Veterinária e saúde pública/ Organizadores, Hugo Delleon da Silva; Danilo Rezende e Silva. Goiânia: Centro Universitário de Goiás UNIGOIÁS, 2022. 48 p. il. ISBN: 978-65-88701-03-4.

VASCONCELOS, Carla Gasparotto Chande. Zoonoses ocupacionais: inquérito soro-epidemiológico em estudantes de Medicina Veterinária e análise de risco para leptospirose, brucelose e toxoplasmose. 2003. 107 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b04701dd-9fe0-477b-aae9-5999521904ee>. Acesso em: 10 jul. 2025.